



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9907 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

Particularidades da Precarização do Trabalho Docente no Sistema Semipresencial: O Contexto de Uma Instituição de Ensino Superior Privada-Mercantil

Cristina Tischer Ranalli Aparecido - UNIVERSIDADE PAULISTA

Tania Barbosa Martins - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

Particularidades da Precarização do Trabalho Docente no Sistema Semipresencial: O Contexto de Uma Instituição de Ensino Superior Privada-Mercantil

Resumo

A Portaria nº. 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que autorizou a implementação de 40% do curso a distância em cursos presenciais legitima a expansão do ensino semipresencial e contribui com o aumento do processo de precarização do trabalho docente no Brasil. Tendo em vista o arcabouço legal que tem induzido um processo de diferenciação institucional e criação de novas modalidades de educação, o objetivo desse trabalho é apresentar resultados de uma investigação que buscou compreender as particularidades do trabalho docente no ensino semipresencial em uma instituição de ensino superior privada-mercantil que há cerca de uma década oferece o ensino semipresencial. Apropriou-se dos estudos de autores que se dedicam à investigação sobre as transformações no ensino superior. A pesquisa de natureza qualitativa concretizou com entrevista semiestruturada com os coordenadores e docentes (tutores) que atuam no ensino semipresencial. Conclui-se que o trabalho docente no ensino semipresencial na instituição investigada é extremamente racionalizado, submetendo-se a um sistema técnico e pedagógico oriundo de empresas do setor educacional com implicações na ampliação da precarização do trabalho docente.

Palavras-chave: Educação Superior. Ensino Semipresencial. Trabalho Docente.

A legislação educacional brasileira legitimou a ampliação da oferta de disciplinas a distância no curso presencial resultando em significativas transformações nos modos de funcionamento das instituições de ensino superior (IES) e na agravamento dos problemas relacionados à valorização do trabalho docente. Especificamente, a Portaria nº. 2.117, de 6 de dezembro de 2019, autoriza a implementação de 40% do curso a distância no curso presencial com destaque para a condição de que seja apresentado no Projeto Pedagógico do Curso presencial, o percentual da carga horária a distância e as metodologias adotadas para as disciplinas a distância.

Observa-se que as determinações legais vêm contribuindo para legitimar o curso semipresencial, que também recebe outras denominações, tais como, curso bimodal, híbrido e curso *blended learning*. Apesar das especificidades, as referidas terminologias designam-se cursos mistos, com uma parte dos cursos oferecidos de modo presencial e outra a distância.

O ensino semipresencial afeta todos os elementos que constituem o trabalho docente abrangendo alterações nas dimensões pedagógicas, organizacionais e nas condições e valorização do trabalho docente. As matrizes curriculares são adaptadas para que as disciplinas ofertadas em modalidade a distância façam parte da carga horária obrigatória do curso presencial; os professores passam a lidar com dois estilos de aprendizagem de modo simultâneo; os professores passam a ser nomeados como tutores das disciplinas a distância com funções operacionais e pré-determinadas; as condições e valorização de trabalho dos professores resultam em processos de intensificação do trabalho, caracterizados pela fragmentação e multifuncionalidade, dentro de uma lógica empresarial bastante agressiva em termos de racionalização.

Considerando o amparo legal intencionalmente constituído para legitimar o surgimento de novas modalidades de educação e a constituição de novos arranjos acadêmicos e institucionais que estão sendo estabelecidos nas Instituições de Ensino Superior (IES), orientados por acentuado processo de mercantilização do ensino superior, o objetivo desse trabalho é apresentar resultados de uma investigação que teve como objetivo geral compreender as particularidades do trabalho docente desenvolvimento no ensino semipresencial no contexto de uma instituição privada-mercantil.

A literatura evidência que o ensino superior no país a partir da Reforma do Aparelho do Estado de meados da década de 1990 passa por transformações que expressam um processo que envolve uma lógica mercantil e que resulta em alterações na identidade das IES (SILVA JÚNIOR e SGUISSARDI, 2013; MANCEBO e SILVA JÚNIOR, 2016). Nessa perspectiva, a legislação que autoriza o ensino semipresencial é fruto da nova racionalidade que reconheceu a educação como atividade comercial. Nessa perspectiva, a educação a distância e suas inúmeras possibilidades de oferta apresenta como uma fração lucrativa para o setor privado, desencadeando reformas na própria estrutura do ensino presencial. Nessa perspectiva, o último Censo da Educação Superior, divulgado em 2019, mostra que das 2.450.264 matrículas no ensino superior na modalidade EaD, 157.657 (6,44%) representam as matrículas no ensino público e 2.292.607 (93,56%), as matrículas que estão no ensino superior privado.

Assim sendo, com a intenção de compreender o trabalho docente considerando a lógica de organização estabelecida com o ensino semipresencial, realizou-se uma investigação em uma instituição de ensino superior privada-mercantil que oferece além das modalidades de ensino presencial e a distância, o ensino semipresencial. A investigação de natureza qualitativa é oriunda de estudos desenvolvidos no doutorado e contou com a contribuição teórica de estudiosos do campo do ensino superior, além de entrevistas semiestruturadas com o coordenador geral de ensino a distância e com quatro tutores, sendo um tutor coordenador de curso presencial, uma tutora online, um tutor presencial da área de humanas e uma tutora presencial da área de tecnologias. Todos os profissionais entrevistados atuam também na modalidade semipresencial. O coordenador é responsável pela gestão das aulas na educação a distância (EaD), das aulas em regime de dependência e das aulas em plataforma virtual dos cursos presenciais. Ele é, ainda, responsável por organizar as matrizes curriculares dos cursos em EaD, de reunir-se com os coordenadores dos cursos presenciais para estruturar as aulas *online* e de gerenciar a equipe multifuncional (administração, TI e tutores). Cabe mencionar que na IES não tem a figura dos professores conteudistas e ou responsáveis pelas disciplinas, sendo o material didático-pedagógico elaborado por uma

empresa educacional externa à instituição. Além disso, os tutores desempenham papel relevante na estruturação do ensino a distância na instituição, pois estão em contato direto com os alunos para auxiliá-los nas questões operacionais do sistema pedagógico e esclarecimento de dúvidas das disciplinas.

Cabe destacar que a instituição de ensino superior investigada possui uma gestão gerencialista, apresentando em sua estrutura, um Departamento de Ensino a Distância. Nesse Departamento, há centralização de todas as atividades oferecidas em módulo virtual tanto dos cursos a distância, quanto das disciplinas em módulo a distância do curso presencial. Além disso, respondem pelas disciplinas em regime de dependência. Essa centralização ocorre em assuntos como abertura de novos cursos, elaboração de matriz curricular, formação de turmas, calendário escolar, suporte técnico e administrativo, aquisição de material pedagógico de empresas especializadas em cursos superiores, aplicação de provas, dentre outros.

Observou-se que nessa instituição, o modelo de gestão constitui-se tendo como base as influências conjuntas dos modelos taylorista e toyotista de produção. Daí que o processo de trabalho docente é caracterizado pela separação entre a concepção e execução das atividades pedagógicas, pela redução da equipe de trabalho e introdução de novos atores com perfil baseado em inúmeras competências predominantemente de natureza operacional e técnica. Ademais, ao contratar uma empresa que oferece um pacote pedagógico à todos os cursos de graduação indistintamente da modalidade, o processo tem resultado num progresso pragmático e na secundarização da figura do professor

Esse processo é melhor entendido quando se analisa a dinâmica que envolve a questão da terceirização do material pedagógico. Assim, o processo envolve a contratação da empresa especializada em produção de material para cursos superiores presenciais, semipresenciais e a distância, a qual oferece o catálogo com disciplinas (módulos) disponíveis para cada curso. A instituição escolhe os planos de ensino que melhor se adequam à matriz curricular e obtém-se a licença para a utilização do material. A Empresa Especializada, que produz todo o material (apostilas, exercícios, atividades extras, vídeo-aula, fórum, aulas de laboratório virtual e provas), se propõe, ainda, a produzir material inédito caso a instituição necessite. A empresa cobra por seus serviços considerando o CPF dos alunos para acessar o material pedagógico.

Embora seja uma prática considerada atrativa financeiramente do ponto de vista empresarial, trata-se de uma prática bastante questionável, pois a natureza e os fins do trabalho pedagógico é totalmente diferente do trabalho empresarial que segue uma razão estritamente economicista e competitiva (GOERGEN, 2002). Nesse sistema de aprendizagem, a figura do professor é descaracterizada apresentando-se como alguém que observa o alunado em um processo técnico de autoaprendizagem. O professor perde o reconhecimento do seu papel, assumindo uma posição de tutor responsável pelo acompanhamento de uma quantidade expressiva de alunos de diferentes cursos dentro de uma área de conhecimento.

Cabe considerar que a terceirização do material pedagógico conduziu a uma redução significativa do quadro de funcionários na instituição investigada, de modo que, para atender a aproximadamente 3000 alunos, há apenas um coordenador do Departamento de Ensino a Distância, um responsável pela Tecnologia da Informação, um responsável por questões administrativas e quinze tutores. Dentre os tutores, há três tutores que são denominados “tutores presenciais”, porque cumprem 35 horas semanais na instituição para atender às áreas de conhecimento (1 tutor para humanos, 1 tutor para exatas e tecnólogos, 1 tutor para biológicas). Os outros 12 tutores são denominados tutores *online*, pois atendem aos alunos a partir de qualquer ambiente que ofereça conexão com a rede. Os tutores *online* são remunerados por hora/relógio e, de acordo, com o número de turmas que assumem. As turmas podem variar de 200 a 600 alunos.

Em se tratando dos tutores presenciais, eles devem assistir aos alunos da área do conhecimento da qual é responsável, atendendo a todos os estudantes, sejam eles quantos forem. Já os tutores *online* devem dar assistência aos alunos sob sua responsabilidade, sabendo que são monitorados via sistema quanto ao horário semanal disponibilizado para cada turma.

Observa-se, ainda, com base nos depoimentos, que as disciplinas que são elencadas para serem ofertadas em módulo a distância nos cursos presenciais são escolhidas pelos coordenadores de curso e validadas pelo departamento de EaD. Nem sempre há consenso, sendo que a palavra final é sempre do departamento de EaD, pois é esse o departamento que sabe das “disponibilidades do catálogo” e que assumirá a responsabilidade de conduzir a disciplina (módulo virtual). Observa-se, ainda, na instituição investigada, que em relação as disciplinas que são oferecidas em módulo *online*, há um predomínio de disciplinas da área de humanas. A justificativa apresentada na fala de um tutor presencial é que as disciplinas da área de humanas “caminham sozinhas”.

Enfim, o ensino superior sempre sofreu alterações decorrentes das demandas de seu contexto histórico, porém, nas últimas décadas, há um processo radical de mudanças que imprime uma nova racionalidade no setor educacional. Nessa perspectiva, o ensino semipresencial apresenta-se como estratégico no quadro das reformas das instituições de ensino superior privadas, pois permite racionalizar os custos da instituição mediante a introdução de sistemas tecnológicos e compra de pacotes pedagógicos, que além de basear-se na autoaprendizagem, apresenta-se como suporte que permite promover a diminuição do números de funcionários e maior controle do trabalho docente. Assim sendo, o ensino semipresencial é mais um formato de educação que imprime drásticas consequências no ensino superior e em todo o conjunto que envolvem o trabalho e a valorização dos professores.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Portaria nº. 2.117, de 06 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 10, jan. 2020.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea.** SP: Boitempo editorial, 2013.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **Nova Razão do Mundo:** ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOERGEN, P. A instituição universidade e sua responsabilidade social: anotações críticas. **Quaestio, Revista de estudos da educação.** Sorocaba, vol. 4, nº. 1, pp. 9-25, maio de 2002. Disponível em <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1393/1376>.

MANCEBO, Deise.; SILVA JÚNIOR, João dos Reis.; LÉDA, Denise Bessa. O trabalho nas Instituições de Educação Superior. **RBPÆ: UFRGS**, v. 32, n. 3, p. 739-757, set/dez 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68572/0>. Acesso em: 13, out. 2020.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis.; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no século XXI – Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en Blanco Revista de Educación**, n. 1, p. 119-156, junho 2013. Disponível em: <http://www.researchgate.net>. Acesso em: 24, nov. 2020.